

Clipping nº 1253

, 11 Fevereiro 2014 - 11:42:19

Inflação de 0,55% em janeiro é a menor para o mês desde 2009 A inflação oficial avançou 0,55% em janeiro, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado na última sexta-feira (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o IBGE, essa é a menor alta dos preços em um mês de janeiro desde 2009, quando o índice tinha sido de 0,48%. No acumulado em 12 meses, a alta foi de 5,59%, menor nível desde novembro de 2012 (5,53%). A meta do governo é manter a alta dos preços em 4,5% ao ano, mas há tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo (ou seja, variando de 2,5% a 6,5%). Em dezembro do ano passado, o índice tinha acelerado para 0,92%, na maior alta mensal desde abril de 2003, quando atingiu 0,97%. Em janeiro do ano passado, a inflação tinha subido 0,86%. O IPCA mede a inflação para as famílias com renda de um a 40 salários mínimos em nove regiões metropolitanas do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, a alameda municipal de Goiânia e de Brasília. **Transportes** O grupo de Transportes foi o principal responsável pela desaceleração da inflação no mês passado. Os preços deste segmento tiveram leve queda de 0,03%, depois de terem subido 1,85% em dezembro. O principal destaque foram os preços das passagens aéreas, que caíram 15,88% em janeiro, depois de subirem 20,13% em dezembro. Os combustíveis, de alta de 4,12% foram para alta de 0,77%, entre dezembro e janeiro. O preço do etanol também subiu no mês, mas em ritmo menor: depois da alta de quase 5% em dezembro, avançou 1,43% em janeiro. O óleo diesel passou de alta de 4,89% para alta de 0,91%. O preço das passagens de viagens interestaduais de ônibus cresceram menos também, passando de 1,3% para 0,81%. Em contraposição, as passagens de ônibus intermunicipais tiveram alta de 1,76% em janeiro, depois de subir 0,25% em dezembro.

Por fim, as tarifas de táxi subiram 3,28%, contra alta de 0,18% no mês anterior. O principal destaque foi o aumento dos preços na região metropolitana de Curitiba, que foi de 7,65%; e o Rio de Janeiro, que teve reajuste de 11,2%. (Fonte: PT na Câmara)

APOSENTADORIA ESPECIAL AO SEGURADO COM DEFICIÊNCIA:

Saiba quem pode requerer

Cidadão precisa ter contribuído para a Previdência Social por pelo menos 180 meses, ter deficiência há pelo menos dois anos e estar trabalhando para requerer o benefício. Servidores públicos federais, estaduais e municipais não estão contemplados. Da Redação (De Brasília) Os segurados da Previdência Social com deficiência física, intelectual ou sensorial têm condições diferenciadas para a concessão de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição. Para a aposentadoria por idade, a pessoa deve ter no mínimo 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher. Além disso, deve ser segurado do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), comprovar 180 meses de contribuição para a Previdência Social na condição de pessoa com deficiência. Na aposentadoria por tempo de contribuição, a pessoa também deve ser segurada do RGPS, comprovar no mínimo 180 meses de contribuição para a Previdência Social. Esse benefício é destinado aos segurados com deficiência há, pelo menos, dois anos e leva em conta o grau de deficiência do segurado. O segurado com deficiência grave poderá requerer aposentadoria com 25 anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 anos, se mulher. No caso de segurado com deficiência moderada, o requerimento do benefício ocorre aos 29 anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 anos, se mulher. E, para o segurado com deficiência leve, é possível solicitar a aposentadoria aos 33 anos de contribuição, se homem, e 28 anos, se mulher.

Avaliação - A avaliação do grau de deficiência será realizada pela perícia do INSS, composta pela perícia médica previdenciária e pela assistência social. Ambos irão avaliar os fatores limitadores da capacidade laboral da pessoa, levando em consideração o meio social em que ela está inserida e não somente a deficiência em si, remetendo à Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF) e não à Classificação Internacional de Doenças (CID). **Atendimento** - Para requerer o benefício, o segurado deve agendar o atendimento para a aposentadoria especial à pessoa com deficiência, por meio do número 135, ou pelo site da Previdência Social. Na data do atendimento, o segurado será atendido pelo servidor que irá avaliar se há as contribuições mínimas e os demais critérios administrativos. Após o atendimento administrativo será marcada a perícia médica e posteriormente a assistência social. Para esclarecer sobre quem tem direito ao benefício, como serão realizadas as avaliações social e médica do INSS e como fazer o requerimento, preparamos um conjunto de perguntas e respostas.

1 O que a pessoa precisa ter para pedir a aposentadoria à pessoa com deficiência? Ela deve ser avaliada pelo INSS para fins da comprovação da deficiência e do grau. Na aposentadoria por idade os critérios para ter direito ao benefício são: - Ser segurado do Regime Geral da Previdência Social - RGPS; - Ter deficiência na data do agendamento/requerimento, a partir de 4 de dezembro de 2013; - Ter idade mínima de 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher; - Comprovar carência de 180 meses de contribuição; - Comprovar 15 anos de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência. O segurado especial não terá redução da idade em cinco anos, pois já se aposenta aos 55 anos de idade, se mulher, e 60 anos de idade, se homem. Na aposentadoria por tempo de contribuição os critérios para ter o direito ao benefício são: - Ser segurado do Regime Geral da Previdência Social - RGPS; - Ter deficiência há pelo menos dois anos na data do pedido de agendamento; - Comprovar carência mínima de 180 meses de contribuição; - Comprovar o tempo mínimo de contribuição, conforme o grau de deficiência, de: " Deficiência leve: 33 anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 anos, se mulher; " Deficiência moderada: 29 anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 anos, se mulher; " Deficiência grave: 25 anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave. Os demais períodos de tempo de contribuição, como não deficientes, se houver, serão convertidos proporcionalmente. O segurado especial tem direito à aposentadoria por tempo de contribuição, desde que contribua facultativamente.

2 Quais são as etapas para aposentadoria? São quatro etapas: 1ª etapa O segurado faz o agendamento do atendimento pela Central 135 ou no site da Previdência Social (www.previdencia.gov.br); 2ª etapa O segurado é atendido pelo servidor na Agência da Previdência Social para verificação da documentação e procedimentos administrativos; 3ª etapa O segurado é avaliado pela perícia médica, que vai considerar os aspectos funcionais físicos da deficiência e a interação com as atividades que o segurado desempenha; 4ª etapa O segurado passa pela avaliação social, que vai considerar as atividades desempenhadas pela pessoa no ambiente do trabalho, casa e social; A avaliação do perito médico e do assistente social certificará a existência, ou não, da deficiência e o grau (leve, moderada ou grave).

3 Quais são os canais de atendimento para a solicitação da aposentadoria? O segurado deve agendar o atendimento na Central telefônica da Previdência Social, no número 135, e no Portal da Previdência Social, no endereço www.previdencia.gov.br, e comparecer na data e hora marcados na Agência da Previdência Social escolhida. Na Central 135, as ligações são gratuitas de telefones fixos e o segurado pode ligar de segunda a sábado, das 7h às 22h, horário de Brasília. No site da Previdência Social, basta acessar o link Agendamento de Atendimento e seguir as informações.

4 Como é classificada a deficiência? Para classificar a deficiência do segurado com grau leve, moderado ou grave, será realizada a avaliação pericial médica e social, a qual esclarece que o fator limitador é o meio em que a pessoa está inserida e não a deficiência em si, remetendo à Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF). O segurado será avaliado pela perícia médica, que vai considerar os aspectos funcionais físicos da deficiência, como os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo e as atividades que o segurado desempenha. Já na avaliação social, serão consideradas as atividades desempenhadas pela pessoa no ambiente do trabalho, casa e social. Ambas as avaliações, médica e social, irão considerar a limitação do desempenho de atividades e a restrição de participação do indivíduo no seu dia a dia. Por exemplo, um trabalhador cadeirante que tem carro adaptado e não precisa de transporte para

chegar ao trabalho pode ter a graduação de deficiência considerada moderada, enquanto um trabalhador também cadeirante com necessidade de se locomover para o trabalho por meio de transporte público pode ter a graduação de deficiência considerada grave.

5 Como será avaliado o grau da deficiência? Para avaliar o grau de deficiência, o Ministério da Previdência Social e o Instituto do Seguro Social - INSS, com participação das entidades de pessoas com deficiência, adequaram um instrumento para ser aplicado nas avaliações da deficiência dos segurados. Esse instrumento, em forma de questionário, levará em consideração o tipo de deficiência e como ela se aplica nas funcionalidades do trabalho desenvolvido pela pessoa, considerando também o aspecto social e pessoal.

6 Como será realizada a comprovação das barreiras externas (fatores ambientais, sociais)? A avaliação das barreiras externas será feita pelo perito médico e pelo assistente social do INSS, por meio de entrevista com o segurado e, se for necessário, com as pessoas que convivem com ele. Se ainda restarem dúvidas, poderão ser realizadas visitas ao local de trabalho e/ou residência do avaliado, bem como a solicitação de informações médicas e sociais (laudos médicos, exames, atestados, laudos do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, entre outros).

7 Qual a diferença de doença e funcionalidade? A doença é um estado patológico do organismo. Ocorre quando há alteração de uma estrutura ou função do corpo. Ela nem sempre leva à incapacidade. Por exemplo, uma pessoa que tem diabetes precisa de tratamento, mas isso não a torna incapaz para determinado tipo de trabalho. Já a funcionalidade pode ser compreendida como a relação entre as estruturas e funções do corpo com as barreiras ambientais que podem levar à restrição de participação da pessoa na sociedade. Ou seja, como a deficiência faz com que o segurado interaja no trabalho, em casa, na sociedade.

8 Pessoas com doenças ocupacionais se enquadram como deficientes? Por exemplo, casos como perda de função de um braço, ou de uma mão. O que a pericia médica e social leva em consideração são as atividades e as barreiras que interferem no dia a dia e os fatores funcionais, ou seja, o contexto de vida e trabalho. Não basta a patologia ou a perda de função, a análise é particular, de caso a caso, levando-se em consideração a funcionalidade.

9 Deste grupo, quantas estão aptas a se aposentar? A concessão da aposentadoria por idade e da aposentadoria por contribuição para a pessoa com deficiência é inédita. Por isso não sabemos a quantidade de pessoas que podem ter esse direito reconhecido.

10 Com a entrada em vigor da lei, o sistema do INSS está apto a receber as demandas? Cabe ressaltar que o direito do segurado, caso seja concedido o benefício, passa a contar a partir do dia em que ele efetivamente agendou o atendimento. Por necessidade de adequação dos sistemas e das agendas dos serviços já prestados pelo INSS: O atendimento terá início a partir do dia 3 de fevereiro de 2014. Mas, o agendamento teve início no dia em que a lei entrou em vigor após a publicação do decreto, em 4 de dezembro de 2013.

11 Entre a data do agendamento do atendimento e a data da conclusão do processo pelo INSS, o segurado precisa continuar trabalhando? O direito do segurado, se efetivamente preencher os requisitos da Lei, conta a partir do dia em que ele agendou o atendimento. Assim, o pagamento também retroagirá a essa data. A decisão de continuar trabalhando, após o agendamento, cabe exclusivamente ao segurado, tendo em vista que o INSS, não terá meios de confirmar se os requisitos estão preenchidos, antes do atendimento, onde será realizada a análise administrativa dos documentos e as avaliações médico-pericial e social.

12 Se o segurado continuar trabalhando terá que pagar o Imposto de Renda? Os segurados terão que recolher normalmente, de acordo com a legislação tributária em vigor.

13 Qual a vantagem para os trabalhadores com deficiência com a nova lei? As pessoas com deficiência terão a redução da idade de cinco anos, no caso da aposentadoria por idade. Já na aposentadoria tempo de contribuição, a vantagem é a redução do tempo de contribuição em dois anos, seis anos ou 10 anos, conforme o grau de deficiência.

14 As pessoas já aposentadas antes da Lei Complementar 142/2013 entrar em vigor podem pedir a revisão do seu benefício? A Lei Complementar 142/2013 só se aplica aos benefícios requeridos e com direito a partir do dia 4 de dezembro de 2013. Benefícios com datas anteriores à vigência da Lei Complementar 142/2013, não se enquadram nesse direito e não têm direito à revisão.

15 Como o segurado poderá calcular o tempo de contribuição para a Previdência Social? Basta acessar o link [Simulação de Contagem de Tempo de Contribuição Previdenciária](http://simulacao.contagemtempo.gov.br/e-aps/servico/140) (<http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/140>). **Jorge Caetano Fermino**